

**ENERGÉTICA SUAPE II S.A.**

**Relatório dos auditores independentes**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstração dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**Energética Suape II S.A.**  
Cabo de Santo Agostinho - PE

Examinamos as demonstrações contábeis da **Energética Suape II S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Energética Suape II S.A.** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Demonstração do valor adicionado**

Examinamos a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é considerada obrigatória. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentados em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### **Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentado para fins de comparação, foram por nós auditados cujo relatório foi datado de 18 de janeiro de 2013, o qual continha o seguinte parágrafo de ênfase:

“Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 1, devido ao atraso na construção da subestação pela CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), a Companhia adiou o início das operações comerciais para junho de 2012, sendo postergado novamente para janeiro de 2013. Decorrente deste atraso, a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) aplicou penalidades no montante de R\$ 15.355 mil, notificando a Companhia quanto a possibilidade de construir e explorar a usina. A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade remota de perda, não constituiu provisão referente a este assunto. Em complemento a este fato, foi concedido em 24 de janeiro de 2013 pela superintendência de fiscalização dos serviços de geração da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) a liberação para início da operação comercial, nos termos publicados no Diário Oficial da União.”



A referida ênfase, consubstanciada por opinião dos consultores jurídicos da Companhia, foi resolvida durante o exercício de 2013, não existindo necessidade de menção do assunto.

Recife, 23 de janeiro de 2014.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2SP 013846/O-1- S - PE

Jairo da Rocha Soares  
Contador CRC 1SP 120458/O-6 - S - PE

A handwritten signature in black ink, which appears to be 'Jairo da Rocha Soares'. The signature is written over the printed name and extends downwards and to the left, forming a large loop.

# ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2013	2012 (reapresentado)		Nota explicativa	2013	2012 (reapresentado)
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	14.191	22.242	Fornecedores	11	44.581	26.444
Contas a receber	5	115.860	25.954	Empréstimos, financiamentos e encargos	12	47.985	150.932
Estoques	6	34.660	-	Tributos e contribuições sociais	13	5.040	11.308
Aplicações financeiras restritas	4	37.403	66.692	Obrigações estimadas		301	237
Tributos e contribuições a recuperar	7	1.048	7.117	Provisões de P&D		2.948	169
Operações com energia elétrica a recuperar		2.010	-	Dividendos e juros sobre o capital próprio	14	16.054	1.990
Despesas pagas antecipadamente		290	73	Outras contas a pagar		219	1
Outros créditos		29	206			<u>117.128</u>	<u>191.081</u>
		<u>205.491</u>	<u>122.284</u>				
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Títulos a receber	5	453	574	Empréstimos, financiamentos e encargos	12	506.999	393.928
Aplicações financeiras restritas	4	42.542	65.021	Coligadas e controladas	16	-	56.048
Ativo fiscal diferido	7	9.934	10.078	Passivo fiscal diferido	13	8.890	9.688
Imobilizado	8	584.123	599.910	Provisões de P&D		3.134	682
Intangível	9	94	75			<u>519.023</u>	<u>460.346</u>
Diferido	10	504	672				
		<u>637.650</u>	<u>676.330</u>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	17	139.977	139.977
				Reserva legal		4.576	419
				Reserva de incentivos fiscais		14.761	-
				Reserva de lucros		47.676	6.791
						<u>206.990</u>	<u>147.187</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>843.141</u></u>	<u><u>798.614</u></u>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><u>843.141</u></u>	<u><u>798.614</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

## Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2013	2012 (reapresentado)
Receita Líquida de vendas	19	867.693	164.598
(-) Custo dos produtos vendidos	20	(716.715)	(36.152)
(=) Lucro bruto		150.978	128.446
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	20	(8.045)	(20.359)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	3.217	1.462
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		146.150	109.549
Despesas financeiras	20	(62.578)	(64.638)
Receitas financeiras	20	10.498	8.296
Juros sobre o capital próprio		(8.717)	-
(=) Resultado financeiro líquido		(60.797)	(56.342)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		85.353	53.207
(-) Imposto de Renda	13	(19.319)	(6.586)
(-) Contribuição Social	13	(6.963)	(2.379)
(-) IR/CS diferidos	13	585	-
(-) Incentivos Fiscais	13	14.761	-
(=) Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre capital próprio		74.417	44.242
Reversão dos juros sobre capital próprio a pagar		8.717	-
(=) Lucro do exercício		83.134	44.242
Lucro/(prejuízo) por ação		0,5939	0,3161

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

---

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	74.417	44.242
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>74.417</u>	<u>44.242</u>

---

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros	Lucros/prejuízos acumulados (reapresentado)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	139.977	-	-	-	(35.042)	104.935
Lucro do exercício	-	-	-	-	44.242	44.242
Constituição da reserva legal	-	419	-	-	(419)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(1.990)	(1.990)
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	6.791	(6.791)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	139.977	419	-	6.791	-	147.187
Lucro do exercício	-	-	-	-	83.134	83.134
Constituição da reserva legal	-	4.157	-	-	(4.157)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(8.717)	(8.717)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(8.645)	(8.645)
Distribuição de lucros	-	-	-	(5.969)	-	(5.969)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	14.761	-	(14.761)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	46.854	(46.854)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	139.977	4.576	14.761	47.676	-	206.990

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

	2013	2012
		(reapresentado)
(=) Lucro do exercício	83.134	44.242
<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>		
Encargos de empréstimos e financiamentos	57.290	56.389
Juros, variações monetárias e cambiais	(1.576)	4.867
Depreciação e amortização	22.650	22.055
	<u>161.498</u>	<u>127.553</u>
<b>Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo</b>		
(Aumento) no contas a receber	(89.785)	(26.528)
(Aumento)/ diminuição nos impostos a recuperar	6.069	(14.806)
(Aumento) nos estoques	(34.660)	-
(Aumento) nas operações com Energia Elétrica	(2.010)	-
Aumento nos demais ativos circulantes	272	2.165
Aumento/(diminuição) em fornecedores	19.713	(69.860)
Aumento/(diminuição) em obrigações trabalhistas e tributárias	(8.310)	19.622
Aumento em provisões em P&D	5.231	-
Juros pagos no período	(60.686)	(54.808)
Aumento em outras contas a pagar	218	850
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u>(2.450)</u>	<u>(15.812)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Resgate das aplicações financeiras restritas	51.768	42.994
Aquisição de imobilizado	(9.820)	(28.476)
Baixa do imobilizado	2.981	-
Aquisição de intangível	(43)	-
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<u>44.886</u>	<u>14.518</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	268.527	61.002
Débitos com empresas ligadas	(56.048)	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(255.007)	(39.356)
Pagamento de dividendos	(7.959)	-
<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<u>(50.487)</u>	<u>21.646</u>
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa</b>	<u>(8.051)</u>	<u>20.352</u>
Caixa no início do período	22.242	1.890
Caixa no final do período	14.191	22.242
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa</b>	<u>(8.051)</u>	<u>20.352</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

## Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2013	2012 (reapresentado)
(=) Receitas			
Receitas com venda de mercadoria	19	965.712	183.145
Outras receitas operacionais	20	3.217	1.461
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	20	(697.307)	(30.960)
(=) Valor adicionado bruto		<u>271.622</u>	<u>153.646</u>
(-) Depreciação e amortização	20	(22.650)	(22.055)
(=) Valor adicionado líquido		<u>248.972</u>	<u>131.591</u>
(+/-) Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras e variações cambiais líquidas	20	10.328	12.537
(=) Valor adicionado total a distribuir		<u>259.300</u>	<u>144.128</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remunerações	20	1.436	1.092
Encargos sociais (exceto INSS)	20	122	115
Auxílio alimentação	20	123	88
Plano de saúde	20	128	99
Provisão para férias e 13º salário	20	385	258
Administradores	18	1.144	1.248
Convênio assistencial e outros benefícios	20	258	221
Participação nos resultados	20	396	-
		<u>3.992</u>	<u>3.121</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
INSS	20	441	565
PIS e COFINS sobre faturamento	20	89.342	16.795
Obrigações setoriais	20	10.936	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	13	8.677	8.965
		<u>109.396</u>	<u>26.325</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros e variações cambiais	20	62.578	69.083
Outras despesas financeiras	20	-	(7)
Aluguéis	20	200	1.364
		<u>62.778</u>	<u>70.440</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Juros sobre o capital próprio		(8.717)	-
Lucro (prejuízo) do exercício		83.134	44.242
		<u>74.417</u>	<u>44.242</u>
Valor adicionado total distribuído		<u>259.300</u>	<u>144.128</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Energética Suape II S.A. ("Companhia") é uma Sociedade anônima de capital fechado que tem como objetivo a implantação, geração e comercialização de energia elétrica por meio de uma Usina Termelétrica (UTE) a óleo combustível com capacidade de geração bruta de 381,255 MW.

A Companhia possui autorização concedida pela Portaria MME nº 217, de 19 de junho de 2008, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica pelo prazo de 35 anos a partir do dia 1º de janeiro de 2012, segundo termos e condições previstos no Edital do Leilão A-5 de Energia Nova, realizado em 16 de outubro de 2007.

O processo de construção da Usina teve início em 2009, quando em 24 de março de 2009 foi celebrada Promessa de Compra e Venda de Imóvel entre a UTE Suape II e o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. A UTE Suape II, como promitente compradora habilitada a partir de concorrência pública, investiu R\$ 3.875 mil (três milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais) em uma área de 25 ha (vinte e cinco hectares) na Zona de Processamento de Exportação do Complexo de Suape, onde foi construída a Usina.

Em 2010 foram contratados os fornecedores de equipamentos e serviços de EPC (*Engineering, Procurement and Construction*), incluindo o fornecimento de projetos básico e executivo, suprimento, construção, montagem, testes, pré-operação e partida, sendo a Wartsila Finland Oy fornecedora dos equipamentos da Usina e os serviços de engenharia e construção sendo prestados por sua subsidiária no Brasil, a empresa Wartsila Brasil Ltda. A Toshiba foi responsável pelo fornecimento de transformadores elevadores, linhas de transmissão e *bays* de conexão ("Pacote Elétrico"). O investimento para implantação do empreendimento foi de R\$ 725.000 mil (setecentos e vinte e cinco milhões de reais), incluindo os Gastos de Capital (CAPEX - R\$ 688.000 mil) e Capital de Giro (R\$ 37.000 mil).

Em 2010, através da Resolução Autorizativa nº 2.656, de 14 de dezembro de 2010, a configuração da UTE Suape II foi atualizada de 350MW de potência instalada para 381,255 MW.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava Capital Circulante Líquido (CCL) positivo no valor de R\$ 97.008 mil (2012, negativo no valor R\$ 68.797 mil).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

---

### Início das operações comerciais

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia encontrava-se em comissionamento, visando à conclusão do processo de integração de seu sistema de transmissão de interesse restrito com o Sistema Interligado Nacional por meio da SE Suape II, da CHESF.

Em 16 de janeiro de 2013 foi publicada no Diário Oficial da União a autorização da ANEEL para início das operações em teste da Usina, nos termos da Resolução Normativa ANEEL n° 433/2003.

Finalmente, em 24 de janeiro de 2013, através de publicação de Despacho no Diário Oficial da União, a ANEEL autorizou o início da operação comercial da UTE Suape II.

Contudo, permanece a necessidade de tutela jurisdicional para preservação do direito da Companhia de auferir a receita fixa dos CCEARs e suspender as penalidades regulatórias constituídas pela CCEE no exercício social de 2012.

Em defesa desse direito, em 19 de dezembro de 2011, a Companhia adotou uma série de medias administrativas e judiciais em face da ANEEL e da CCEE, solicitando a suspensão da cobrança do aporte de garantias financeiras e penalidades constituídas pelas referidas instituições em função do atraso do início de sua operação comercial. Como fundamento, a Companhia argumentou que estava apta a cumprir com suas obrigações contratuais e regulatórias, já que o empreendimento (Usina termelétrica e sistema de transmissão de interesse restrito) já havia sido construído e estava disponível a gerar energia para o Sistema Interligado Nacional.

No Mandado de Segurança a Companhia destacou ainda que o atraso do início de sua operação comercial, previsto pela Portaria MME n° 217/2007 para ocorrer em 01 de janeiro de 2012, ocorreu por culpa exclusiva da CHESF, que atrasou a implantação de sua subestação elevatória, ponto de conexão da UTE Suape II ao Sistema Interligado Nacional. Por este motivo o aporte de garantias financeiras e o processo de desligamento da Usina pretendidos pela ANEEL e CCEE deveriam ser suspensos.

Com base nos argumentos acima descritos, o Mandado de Segurança n° 0068020-77.2011.4.01.3400 foi concedido pelo Juiz Federal da 22ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal obrigando as impetradas ao imediato cumprimento da decisão de suspensão.

Em resumo, a Companhia pleiteou à ANEEL por meio da Carta 157/2011:

(i) Efeito suspensivo para afastar a cobrança de aporte de Garantia Física e de penalidades; e do processo de desligamento da CCEE;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

---

(ii) Reconhecimento de excludente para afastar obrigação de aporte de Garantia Física e recomposição de lastro e eventual penalização;

(iii) Recebimento integral da receita de venda dos CCEARs, ou, adiamento da DIS.

O efeito suspensivo foi negado por meio do Despacho 4616 de 30/11/2011, levando a impetração do MS 68020-77.2011 requerendo a concessão de liminar para conceder o efeito suspensivo pleiteado administrativamente e, no mérito, “afastar a cobrança de aporte de Garantia Financeiras pela CCEE, bem como a Incidência de Penalidades pelo seu não aporte (...) até o julgamento final do Processo Administrativo nº 48500.004169/2008, bem como tornar sem efeito eventuais atos e medidas praticadas até a concessão da liminar, inclusive e principalmente da instauração do Processo de Desligamento por Descumprimento de Obrigação da CCEE (...)”.

A liminar foi concedida em 19/12/2011 “para suspender a cobrança do montante de R\$ 15.355.347,47, ou de qualquer outra quantia a título de aporte de Garantia Financeira e de penalidades pelo seu não aporte, e do Processo Administrativo de Desligamento por Descumprimento de Obrigação na CCEE”.

Em 24/01/2012, na 1ª Reunião Pública Extraordinária da Diretoria, a ANEEL julgou o pedido da Companhia - Despacho 217, publicado em 08/02/2012 - no qual resolveu:

(i) Indeferir o pedido de recebimento integral, a partir de 1º de janeiro de 2012, da receita oriundos CCEARs

(ii) Abrir prazo de 10 dias para que a Suape opte por (a) suspender a execução dos CCEARs, não tendo que recompor lastro nem receberá a respectiva receita; ou (b) dar cumprimento aos CCEARs, recompondo o lastro e recebendo, no período entre 1º a 12 de janeiro, o menor valor entre a receita de venda prevista no CCEAR e o preço do contrato de reposição de lastro e, no período compreendido entre 13/01 a data de início da operação comercial da UTE Suape II, a receita fixa prevista no CCEAR

(iii) Determinar a CCEE que, até a entrada em operação comercial da SE Suape II e, conseqüentemente da UTE Suape II, considere, no horizonte de cálculo das correspondente garantias financeira, apenas a parcela referente ao último mês contabilizado (m-1), sem a necessidade de serem aportadas garantias financeiras para o mês em curso (m) e os quatro meses subsequentes (m+1, m+2, m+3, m+4) referentes aos montantes da garantia física da usina comprometidos com contratos de venda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

---

A Companhia apresentou sua opção pela execução dos CCEARs em carta enviada em 22/02/2012, ressaltando que iria questionar a obrigação de recomposição de lastro judicialmente. Tal contestação foi feita por meio do MS 6981-45-2012.4.01.3400, cuja liminar foi deferida em 08/03/2012, suspendendo, até o julgamento do mérito do MS, os efeitos do referido Despacho 217, devendo o CCEAR ser cumprido plenamente, "inclusive mediante o pagamento de receita fixa à concessionária, independentemente da aquisição de lastro de energia no mercado ou outra modalidade de garantia." e se encontra aguardando prolação da sentença para confirmar os efeitos da liminar.

Face essa liminar, a ANEEL proferiu o Despacho nº 1.004 de 27/03/2012 suspendendo os efeitos do Despacho 217 e determinando a CCEE que (i) suspenda a exigência de aporte de garantias financeiras relativas aos CCEARs da UTE Suape II, (ii) não exija o registro de contratos de recomposição de lastro para a usina e (iii) efetue o cálculo da receita fixa prevista nos CCEARs para fins do seu respectivo pagamento pelo compradores, independentemente do registro de contratos.

Em 28 de janeiro de 2013 foi divulgada sentença no Mandado de Segurança nº 6981-45.2012.4.01.3400, proferida pelo juízo da 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, favorável a Companhia, onde foi ratificada a decisão que deferiu em parte o pedido liminar e concedeu parcialmente a segurança pleiteada para anular os efeitos do Despacho nº 217/2012 - ANEEL em relação à impetrante. Na decisão, o juízo singular determinou o cumprimento pleno do contrato de concessão (CCEAR referente ao Leilão A-5 de 2007), inclusive mediante o pagamento de receita fixa à concessionária, independentemente da aquisição de lastro de energia no mercado ou outra modalidade de garantia.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

### 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em acordo às práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, perdas estimadas com realização de estoques, determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

## 2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

### 2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

### 2.2.2. Instrumentos financeiros

#### a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos que são classificados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (*impairment*).

### **Passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado**

Os passivos financeiros são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. São incluídos como passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado são compostos por fornecedores e empréstimos e financiamentos.

#### **2.2.3. Imobilizado**

É demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 8.

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A Companhia avaliou se o valor contábil de seus ativos estava excedendo o seu valor recuperável e concluiu pela não existência de tais indicativos.

#### 2.2.4. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é definido como o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

#### 2.2.5. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

#### 2.2.6. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

#### 2.2.7. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia, baseada em estimativas, faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

#### 2.2.8. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08 (R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, após deduções de prejuízos acumulados, seja distribuído a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório não distribuído no curso do exercício e caso existam dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório, estes serão registrados como "Reserva de Lucros" no patrimônio líquido da Companhia.

#### 2.2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

#### 2.2.10. Apuração do resultado

As despesas e receitas são reconhecidas de acordo com o regime contábil da competência.

#### 2.2.11. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação

#### 2.2.12. Normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As interpretações e alterações das normas brasileiras já emitidas pelo CPC que se tornaram obrigatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013 e que impactam as demonstrações contábeis da Companhia são:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

---

- Revisão do CPC 00 - Pronunciamento conceitual básico;
- Revisão do CPC 15 - Combinação de negócios;
- Segunda revisão do CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- Segunda Revisão do CPC 19 - Negócios em Conjunto;
- Revisão do CPC 20 - Custos de empréstimos;
- Revisão do CPC 21 - Demonstração intermediária;
- Revisão do CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis;
- Revisão do CPC 30 - Receitas;
- Segunda revisão do CPC 35 - Demonstrações separadas;
- Primeira revisão do CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação.
- Adoção do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

Durante o exercício de 2013, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis colocou em audiência pública as revisões de Pronunciamentos técnicos, os quais ainda não se encontram em vigor:

- Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia não estimou a extensão do impacto dessas novas normas em suas demonstrações contábeis.

## 2.3. Práticas contábeis - específicas do setor elétrico

### 2.3.1. Plano de contas

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações estabelecidas através da Resolução ANEEL nº 370, de 30 de junho de 2009.

### 2.3.2. Ativo Imobilizado em Serviço (AIS)

Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela Companhia em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro (UC) e Unidade de Adição e Retirada (UAR), por Ordem de Imobilização (DI), conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o imobilizado em serviço.

### 2.3.3. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro (UC), conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, e Resolução ANEEL nº 15, de 24 de dezembro de 1997.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

As taxas anuais utilizadas estão conforme determinados pela tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 2, de 24 de dezembro de 1997, nº 44, de 17 de março de 1999, artigo 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009 e Resolução ANEEL nº 474/2012 de 01 de janeiro de 2012. Para os ativos em serviço administrativo, a Administração da Companhia avaliou as referidas taxas utilizadas, e concluiu que as mesmas refletem a efetiva vida útil do seu ativo imobilizado.

Segundo Lei nº 11.196/2005, para efeitos fiscais, a diferença entre o valor do encargo decorrente das taxas anuais de depreciação fixadas pela Receita Federal do Brasil e o valor do encargo contabilizado decorrente das taxas anuais de depreciação fixadas pela ANEEL aplicável aos bens do ativo imobilizado, exceto terrenos poderá ser excluída do lucro líquido para a apuração do lucro real e da base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL. Em 2012 tal procedimento foi realizado e a Companhia controla a diferença em livro fiscal, amortizando o passivo diferido já constituído conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13.

#### 2.2.6. Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012 e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	Saldos anteriormente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<b>Ativo</b>			
Não circulante			
Imobilizado	599.088	822	599.910
<b>Passivo</b>			
Patrimônio líquido			
Reserva de lucros	5.969	822	6.791
<b>Demonstração do resultado</b>			
(-) Custos dos serviços vendidos	(36.974)	822	(36.152)
Lucro do exercício	43.420	822	44.242

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

O ajuste foi para correção de estimativa de erro, conforme preconiza o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, correlacionado ao IAS 8, a retificação de erros conhecidos do ano anteriores, deve corrigir os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações contábeis, referente o efeito das alteração da taxa de depreciação em 2012, conforme Nota 2.3.3.

Adicionalmente, as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, bem como, a Nota 8 (Imobilizado) e a Nota 20 (Despesas) estão sendo reapresentadas para demonstrar os saldos contábeis ajustados após as correções mencionadas no parágrafo e tabela anterior.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa e depósitos bancários a vista	24	48
<b>Aplicações financeiras:</b>		
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	14.167	22.116
Poupança	-	78
	<b>14.191</b>	<b>22.242</b>

As Aplicações financeiras são de liquidez imediata e apresentaram taxas de rendimento variando entre 97% a 99% do CDI.

### 4. Aplicações financeiras restritas

Instituição financeira	Tipo de Vínculo	Vencimento	Indexador	2013	2012
Banco do Nordeste do Brasil	FAT-Proinfra (a)	06/12/2013	98 % CDI	34.199	66.692
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia (FI) FNE (b)	10/11/2026	98,04% CDI	23.028	21.644
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia (FI) FAT (b)	16/12/2025	98,04% CDI	17.138	13.970
Banco do Brasil	Partes Relacionadas (c.)	15/07/2016	100,51% CDI	-	29.407
Banco do Nordeste do Brasil	Reinvestimento SUDENE (d)	-	95% CDI	3.205	-
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia CCG (e)	-	99% do CDI	2.292	-
Banco do Brasil	Garantia CCT (f)	-	97% do CDI	83	-
				<b>79.945</b>	<b>131.713</b>
			Circulante	37.403	66.692
			Não circulante	42.542	65.021

- (a) Corresponde ao empréstimo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) ainda bloqueado para movimentação, aguardando liberação, conforme cláusulas contratuais. Este saldo é segregado entre circulante e não circulante de acordo com o cronograma de liberação de recursos. No primeiro semestre de 2014 a Diretoria do BNB apreciará a utilização destes recursos para amortização parcial do FAT.
- (b) Corresponde aos fundos de liquidez dos empréstimos FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), para garantia de pagamento dos empréstimos, conforme cláusulas contratuais;
- (c) Corresponde a depósito bancário por parte do acionista Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás, referente a aporte de capital (ações não integralizadas em 2011), devolvido em Janeiro de 2013.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

- (e) Depósito realizado em mar/2013 para atendimento das exigências do art. 19 da Lei ° 8.167/91, que beneficia as pessoas jurídicas com empreendimento em operação na área de atuação da SUDENE, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do imposto devido, em projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O valor está sendo atualizado mensalmente pela Taxa Extra-Mercado (95% da SELIC) do Banco Central do Brasil e permanecerá bloqueado até a aprovação do projeto pela SUDENE.
- (f) Corresponde a aplicação em CDB firmado com o Banco do Nordeste através do contrato de Administração de Garantias ao CCT, a uma taxa de 99% CDI reaplicado em 12 de dezembro de 2013.
- (g) Corresponde a conta de administração às garantias CCT - CHESF, indexado a 97% do CDI.

## 5. Contas a receber

	2013	2012
Contas a receber de clientes	-	5.506
Valores a faturar	116.313	21.022
	<u>116.313</u>	<u>26.528</u>
Circulante	115.860	25.954
Não circulante	453	574

Os valores do contas a receber são referentes aos faturamentos efetuados mediante contrato de fornecimento de energia.

Os valores de longo prazo referem-se às notas fiscais 42/2012 e 77/2012 emitidas contra a CELPA - Centra Elétricas do Pará, por força das obrigações assumidas através do CCEAR 6262/07.

A CELPA entrou em recuperação judicial em 28.02.2012, sendo o plano de recuperação judicial homologado através de despacho publicado no Diário Oficial de 10.09.2012, estabelecendo o pagamento do débito em 60 parcelas fixas de igual valor, o que vem sendo cumprido pela Compradora de energia.

## 6. Estoques

	2013	2012
Combustível	27.301	-
Estoque em trânsito	1.149	-
Adiantamentos a fornecedores	6.210	-
	<u>34.660</u>	<u>-</u>

## ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

---

#### 7. Tributos e contribuições a recuperar

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto de Renda	881	3.111
Contribuição Social	-	2.540
Imposto de Renda diferido (a)	7.304	7.410
Contribuição Social diferida (a)	2.629	2.668
IRRF sobre aplicação financeira	-	1.466
Outros	168	-
	<u>10.982</u>	<u>17.195</u>
Circulante	1.048	7.117
Não circulante	9.934	10.078

(a) Diferido sobre amortização de despesas pré-operacionais reclassificadas direto para o patrimônio líquido sem o efeito fiscal (RTT) e demais adições temporárias.

## ENERGÉTICA SUAPE II

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

#### 8. Ativo imobilizado

	<u>Terrenos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Total em operação</u>	<u>Imobilizado em curso (a)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2012	9.066	111	28	150	186	35	9.576	583.955	593.531
Aquisição	36	178	34	-	37	-	285	28.191	28.476
Transferência (b)	-	463.521	120.028	67	271	(35)	583.852	(583.876)	(24)
Depreciação	-	(18.581)	(3.403)	(43)	(46)	-	(22.073)	-	(22.073)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>9.102</b>	<b>445.229</b>	<b>116.687</b>	<b>174</b>	<b>448</b>	<b>-</b>	<b>571.640</b>	<b>28.270</b>	<b>599.910</b>
Custo total	9.102	463.840	120.096	284	534	-	593.856	28.270	622.126
Depreciação acumulada	-	(18.611)	(3.409)	(110)	(86)	-	(22.216)	-	(22.216)
<b>Valor contábil em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>9.102</b>	<b>445.229</b>	<b>116.687</b>	<b>174</b>	<b>448</b>	<b>-</b>	<b>571.640</b>	<b>28.270</b>	<b>599.910</b>
Saldos em 01 de janeiro de 2013	9.102	445.229	116.687	174	448	-	571.640	28.270	599.910
Aquisição	-	8.973	128	-	40	3	9.144	676	9.820
Transferência (b)	78	14.532	14.364	33	(53)	(3)	28.951	(28.946)	5
Baixa	-	(2.981)	-	-	-	-	(2.981)	-	(2.981)
Depreciação	-	(18.978)	(3.542)	(50)	(61)	-	(22.631)	-	(22.631)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>9.180</b>	<b>446.775</b>	<b>127.637</b>	<b>157</b>	<b>374</b>	<b>-</b>	<b>584.123</b>	<b>-</b>	<b>584.123</b>
Custo total	9.180	484.364	134.588	317	521	-	628.970	-	628.970
Depreciação acumulada	-	(37.589)	(6.951)	(160)	(147)	-	(44.847)	-	(44.847)
<b>Valor contábil em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>9.180</b>	<b>446.775</b>	<b>127.637</b>	<b>157</b>	<b>374</b>	<b>-</b>	<b>584.123</b>	<b>-</b>	<b>584.123</b>
Depreciação anual - %		4,90	3,50	20	10	10			

(a) Refere-se às aquisições de máquinas e equipamentos e aos gastos de edificações incorridos na construção da Usina Termelétrica.

(b) Refere-se a transferências com o ativo intangível.

## ENERGÉTICA SUAPE II

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

#### 9. Ativo intangível

	Direito de uso de software
Saldos em 31 de dezembro de 2011	69
Adição	24
Amortização	(18)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>75</b>
Custo total	96
Amortização acumulada	(21)
<b>Valor residual em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>75</b>
Saldos em 01 de janeiro de 2013	75
Adição	43
Transferência	(5)
Amortização	(19)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>94</b>
Custo total	129
Amortização acumulada	(35)
<b>Valor residual</b>	<b>94</b>
Amortização anual - %	20

A Companhia mantém registrado nesta conta aquisição de licença de softwares.

Direitos de uso de software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados de forma linear de acordo com base na vida útil estimada do software.

#### 10. Ativo diferido

	Despesas pré- operacionais	Despesas gerais e administrativas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	461	379	840
Amortização	(93)	(75)	(168)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>368</b>	<b>304</b>	<b>672</b>
Custo total	461	379	840
Amortização acumulada	(93)	(75)	(168)
<b>Valor residual</b>	<b>368</b>	<b>304</b>	<b>672</b>
Saldos em 01 de janeiro de 2013	368	304	672
Amortização	(93)	(75)	(168)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>275</b>	<b>229</b>	<b>504</b>
Custo total	461	379	840
Amortização acumulada	(186)	(150)	(336)
<b>Valor residual</b>	<b>275</b>	<b>229</b>	<b>504</b>
Amortização anual - %	20	20	

## ENERGÉTICA SUAPE II

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

O ativo diferido foi constituído em 2008 e corresponde as despesas administrativas, de serviços e consultorias dentre outros. Estes gastos referem-se à fase inicial de implantação da Usina.

A Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, eliminou a conta Ativo Diferido. Entretanto, através de seu art. 229-A, o saldo constante nesta conta em 31 de dezembro de 2008 que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer nessa rubrica até sua completa amortização, sujeito à análise de recuperação.

A Administração da Companhia vem amortizando os valores registrados em seu intangível a partir do início do recebimento da Receita Fixa, conforme o pronunciamento técnico CPC 01.

#### 11. Fornecedores

	2013	2012
Petrobras Distribuidora S.A.	24.115	1.710
Wartsila Finlândia	9.167	7.372
Wartsila Switzerland	915	-
Rveras Consultoria	-	9.641
Wartsila Brasil	5.496	4.233
Encargos de uso da rede	2.577	-
Toshiba do Brasil Ltda.	392	1.910
Outros fornecedores	1.919	1.578
	<u>44.581</u>	<u>26.444</u>

#### 12. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Objetivo	Juros	Circulante		Não circulante	Total	
			Principal	Encargos	Principal	2013	2012
BNB - NCI	Capital de giro	13,53% a.a.	-	-	-	-	58.662 (a)
BNB - Ponte 2	Construção UTE	14,99% a.a.	-	-	-	-	72.353 (b)
BNB - FAT	Construção UTE	TJLP + 4% a.a.	16.352	720	179.877	196.949	213.349 (c)
BNB - FNE	Construção UTE	10% a.a.	3.143	1.102	194.556	198.801	200.496 (d)
ITAU	Quituação empréstimo BNB	CDI + 2,5% a.a.	17.434	2.881	132.566	152.881	- (e)
ITAU	CCB- Conta Garantida	CDI + 2% a.a.	6.000	353	-	6.353	- (f)
			<u>42.929</u>	<u>5.056</u>	<u>506.999</u>	<u>554.984</u>	<u>544.860</u>

A Companhia obteve junto ao BNB, com garantias da Nova Cibe Energia S.A. (acionista anterior), os contratos dos financiamentos, inclusive os destinados a capital de giro, cujas condições contratuais são as seguintes:

- Em 25 de outubro de 2010 foram contratados R\$ 50.000 mil de Nota de Crédito Industrial, com taxa de 14,94% ao ano, incorrendo juros mensais, para complemento à necessidade de caixa para o tocante às atividades de implantação da UTE SUAPE II.

## ENERGÉTICA SUAPE II

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

---

No dia 25 de outubro de 2011, foi feito aditivo referente a esse contrato que teve por finalidade alterar o vencimento final do instrumento de crédito acima caracterizado. O vencimento final foi repactuado para 25 de julho de 2012, passando a vigorar da seguinte forma: O principal da dívida seria pago ao Banco de acordo com o seguinte cronograma de pagamento: em 4 (quatro) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 25 de abril de 2012 e a última em 25 de julho de 2012, cada uma delas no valor de R\$ 12.646 mil, somadas ao valor correspondente aos juros.

Em 23 de abril de 2012 foi realizado um novo aditivo referente ao contrato Nota de Crédito Industrial, que teve por finalidade alterar o vencimento final do instrumento de crédito acima caracterizado, cujo valor atualizado até a data de 23 de abril de 2012, compreendendo principal e encargos pactuados, era de R\$ 54.171 mil. O vencimento final ficou repactuado em uma única parcela para 30 de abril de 2013. Os encargos financeiros no empréstimo renovado se mantiveram em 13,53 % ao ano.

Em 29 de janeiro de 2013 foram contratados R\$ 150.000 mil através do Itaú BBA para uso parcial visando a quitação do empréstimo acima mencionado em 01 de fevereiro de 2013, no valor total de R\$ 59.237 mil;

- b) Em 08 de abril de 2011 foram contratados R\$ 106.290 mil, liberados em junho de 2011, referente a 50% de adiantamento do FAT (R\$ 212.581 mil), com taxa de 14,99% ao ano, denominado "Ponte 2", destinado essencialmente ao pagamento do empréstimo-ponte de R\$ 100.000 mil vinculado ao FNE. Tal operação se fez necessária para a liberação de limites para emissão das Cartas de Crédito dos equipamentos importados no âmbito do FNE.

Em 23 de abril de 2012 foi renovado o contrato referente ao "Ponte 2", de R\$ 106.290 mil, ocorrendo o pagamento parcial do principal de R\$ 38.953 mil e sendo repactuado o valor de R\$ 67.337 mil. Os encargos no empréstimo renovado se mantiveram em CDI + 3,0 % ao ano.

Em 29 de janeiro de 2013 foram contratados R\$ 150.000 mil através do Itaú BBA para uso parcial visando a quitação do empréstimo acima mencionado em 30 de janeiro de 2013, no valor total de R\$ 72.937 mil;

- c) Em 31 de março de 2011 foi disponibilizado em conta vinculada junto ao Banco do Nordeste do Brasil o montante de R\$ 212.582 mil, com taxa de TJLP + 4% ao ano, com recursos provenientes do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) referente ao financiamento contratado em 22 de dezembro de 2010 junto ao BNB, tendo sido efetivamente liberados até janeiro de 2013 R\$ 185.423 mil. Em 31 de dezembro de 2013 os recursos não desembolsados no valor de R\$ 34.199 mil serão utilizados para amortização parcial do empréstimo FAT de 212.581 mil;

- d) Em 13 de agosto de 2010 foram contratados junto ao BNB R\$ 199.785 mil, com taxa de 10% ao ano e bônus de adimplência de 1,5%. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE) e foram utilizados integralmente para pagamento das Cartas de Crédito emitidas no âmbito do Contrato de Fornecimento de Equipamentos celebrado com a Wartsila Finland Oy. A dívida será paga de acordo com o seguinte cronograma: amortizações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 10 de setembro de 2012 e a última em 10 de novembro de 2026, somando-se ainda em cada parcela mensal o valor correspondente aos juros incidentes sobre o correspondente saldo devedor, exceto no período de carência contratual, onde os pagamentos dos juros foram trimestrais;

- e) Em 29 de janeiro de 2013 foram contratados R\$ 150.000 mil junto ao Itaú BBA, a uma taxa fixa de 2,5% a.a + 100% CDI, para quitação dos empréstimos realizados no BNB referentes à: Nota de Crédito Industrial repactuada em 23 de abril de 2012, compreendendo principal e encargos no valor de R\$ 54.171 mil. O vencimento final ficou em uma única parcela para 30 de abril de 2013. Os encargos financeiros no empréstimo renovado se mantiveram em CDI + 0,34 % ao mês. O valor total foi quitado antecipadamente em 01 de fevereiro de 2013; Denominação "Ponte 2" repactuada em 23 de abril de 2012 no valor de R\$ 67.337 mil. Os encargos no empréstimo renovado se mantiveram em CDI + 3,0 % ao ano. O vencimento final ficou em uma única parcela para 30 de janeiro de 2013. O valor total foi quitado em 30 de janeiro de 2013;

## ENERGÉTICA SUAPE II

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

f) Em 07 de maio de 2013 foram contratados R\$ 60.000 mil junto ao Itaú BBA, a uma taxa de CDI +2% a.a. referente ao empréstimo Conta Garantida, com o intuito de reduzir o custo com a aquisição de OCB1 por meio do aproveitamento de descontos no preço de aquisição de combustíveis a partir da antecipação de pagamentos ao fornecedor.

Em 02 de outubro de 2013 houve adiantamento do contrato da Conta Garantida junto ao Banco Itaú BBA, renovando-o por mais seis meses a uma taxa de CDI + 1,994% a.a. cujo vencimento será em 31 de março de 2014.

A Companhia possui, de acordo com os contratos de empréstimos, diversos *covenants* e garantias a serem cumpridas, tais como: fiança, hipoteca de bens, aval dos sócios, penhor de ações dos sócios. Adicionalmente, para os contratos FAT e FNE é exigida a manutenção de um fundo de liquidez em conta reserva para garantia de pagamento de cada financiamento.

Para o contrato de empréstimo CCB de R\$ 150.000 mil, a cláusula 8 (m) determina a manutenção anual de índices financeiros durante toda a vigência do contrato, sendo a razão entre Dívida Líquida e EBTIDA, que deverá ser menor ou igual a 4,5 vezes para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2013.

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	170.670	350.963	521.633
Ingressos	18.037	42.965	61.002
Encargos	56.389	-	56.389
Amortização de principal	(39.356)	-	(39.356)
Pagamento de juros	(54.808)	-	(54.807)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>150.932</u>	<u>393.928</u>	<u>544.860</u>
Ingressos	92.000	113.071	205.071
Encargos	52.893	-	52.893
Amortização de principal	(141.003)	-	(141.003)
Pagamento de juros	(106.837)	-	(106.837)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>47.985</u>	<u>506.999</u>	<u>554.984</u>

Os vencimentos em longo prazo tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2014	-	19.495
2015	41.979	21.013
2016	45.765	22.555
2017	49.885	24.192
2018	54.378	306.673
2019 em diante	314.992	-
	<u>506.999</u>	<u>393.928</u>

## ENERGÉTICA SUAPE II

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

#### 13. Impostos a pagar e Contribuições Sociais

	2013	2012
Imposto de Renda - IR	1.427	6.998
Contribuição Social	2.037	2.498
Imposto de Renda diferido (a)	6.537	7.073
Contribuição Social diferida (a)	2.353	2.546
INSS	192	207
FGTS	15	11
PIS	196	260
ISS	145	113
COFINS	904	1.197
Outros	124	93
	<u>13.930</u>	<u>20.996</u>
Circulante	(5.040)	(11.308)
Não circulante	8.890	9.688

- (a) Referente a ajustes de RTT relativos à diferença da taxa de depreciação dos bens, conforme vida útil econômica em comparação com as taxas geralmente aceitas pelo Fisco Federal.

#### 13.1 Reconciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2013		2012	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	85.354	85.354	53.207	53.207
Ajustes de RTT	(6.989)	(6.989)	(7.410)	(7.410)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social após ajustes RTT	78.365	78.365	45.797	45.797
Alíquota do Imposto de Renda e Contribuição Social	9%	25%	9%	25%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação	7.053	19.591	4.122	11.449
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Pesquisa e Desenvolvimento	332	921	149	414
Depreciação (diferença taxa ANEEL x RFB)	255	707	-	-
Provisão de fornecedores	-	-	868	2.410
Benefícios a administradores	3	8	5	15
Variação cambial	203	565	-	-
Recebimentos de órgãos públicos	14	38	27	74
Outras adições	2	4	-	-
	<u>809</u>	<u>2.243</u>	<u>1.049</u>	<u>2.913</u>
(+) Exclusões				
Depreciação (diferença taxa ANEEL x RFB)	-	-	(2.630)	(7.302)
Pesquisa e Desenvolvimento	(89)	(249)	-	-
Provisão de fornecedores	(868)	(2.410)	-	-
Variação cambial	(62)	-	-	-
Receitas de órgãos públicos	-	(171)	(40)	(112)
Incentivo fiscal SUDENE	-	(14.761)	-	-
Outras exclusões	-	(23)	-	(25)
	<u>(1.019)</u>	<u>(17.614)</u>	<u>(2.670)</u>	<u>(7.439)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social no período	6.843	4.220	2.501	6.923
Ajustes de apuração 2012	121	337	-	-
Diferido sobre ajustes de RTT e diferenças temporárias	(155)	(430)	(122)	(337)
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	<u>6.809</u>	<u>4.127</u>	<u>2.379</u>	<u>6.586</u>

## ENERGÉTICA SUAPE II

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

#### 13.2 Reconciliação dos impostos fiscais diferidos ativos e passivos

Ativo	2013				2012			
	IRPJ	CSLL	PIS	COFINS	IRPJ	CSLL	PIS	COFINS
Pesquisa e Desenvolvimento	4.318	4.318	-	-	-	-	-	-
Provisão de fornecedores	2.261	2.261	-	-	-	-	-	-
Ajustes RTT								
Amortização de diferido	22.638	22.638	-	-	29.641	29.641	-	-
Base do imposto ativo	29.217	29.217	-	-	29.641	29.641	-	-
Alíquota	25%	9%	1,65%	7,6%	25%	9%	1,65%	7,6%
Imposto ativo	7.304	2.629	-	-	7.410	2.668	-	-
<b>Passivo (-)</b>								
Depreciação (diferença taxa ANEEL x RFB)	(25.463)	(25.463)	-	-	(28.292)	(28.292)	-	-
Variação cambial	(685)	(685)	-	-	-	-	-	-
Receita de órgãos públicos	-	-	-	-	-	-	(742)	(742)
Base do imposto passivo	(26.148)	(26.148)	-	-	(28.292)	(28.292)	(742)	(742)
Alíquota	25%	9%	1,65%	7,6%	25%	9%	1,65%	7,6%
Imposto passivo	(6.537)	(2.353)	-	-	(7.073)	(2.546)	(12)	(56)

#### 14. Dividendos Propostos e Juros Sobre Capital Próprio

Em 28 de junho de 2013 a Companhia distribuiu R\$ 7.959 mil referentes à apuração do resultado de 2012 conforme deliberado em Ata AGO/E de 30 de abril de 2013.

No segundo semestre de 2013 o Conselho de Administração da Companhia manifestou-se positivamente sobre a proposta de declaração, distribuição de resultados e pagamento de Juros Sobre Capital Próprio a partir do ano de 2013:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
2013			
RCA de 18 de Novembro de 2013	JSCP	8.717	0,06227455
AGE de 31 de Dezembro de 2013			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio será considerado para fins de cálculo do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2013.

## ENERGÉTICA SUAPE II

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

---

O artigo 9º da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação "pro rata die", da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e considerando o emanado na IN RFB nº 1397/2013 e a MP nº 627/2013.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado, ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</b>		
Prejuízos acumulados	-	(35.042)
Lucro líquido do exercício	83.134	43.420
Reserva legal	(4.157)	(419)
Reserva de incentivo fiscal	(14.761)	-
<b>Base de Cálculo Dividendos</b>	<u>64.216</u>	<u>7.959</u>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<u>16.054</u>	<u>1.990</u>
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:</b>		
Juros sobre capital próprio declarados	8.717	-
Expurgo do IRRF para fins de dividendos conforme ICPC 08	(1.308)	-
Dividendos Propostos	8.645	1.990
<b>Total bruto</b>	<u><u>16.054</u></u>	<u><u>1.990</u></u>

Será encaminhado para aprovação em AGO, a ser realizada em 2014, o montante de R\$ 8.645 mil de dividendos propostos de 2013.

A Diretoria da Companhia propõe que o montante de R\$ 46.854 mil excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios, registrados como Reserva de Lucros seja distribuído integralmente ao logo do exercício de 2014, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia.

A formação dos saldos em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	<u>Valores</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>1.990</u>
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Declarados e distribuídos do exercício de 2012	5.969
Propostos do exercício de 2013	17.362
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(1.308)
Pagos no período do exercício de 2012	(7.959)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<u><u>16.054</u></u>

## ENERGÉTICA SUAPE II

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

---

#### 15. Contingências

Atualmente, a Companhia está exposta a contingências de natureza fiscal e cíveis decorrentes do curso normal de implantação da UTE SUAPE II. A política de provisão adotada pela Companhia leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia e de seus assessores legais.

Em função do atraso no início da operação comercial da UTE SUAPE II, devido ao descumprimento de sucessivos prazos de conclusão da implantação da SE Suape II pela CHESF, a Companhia vem recebendo desde fevereiro de 2012 notificações mensais da CCEE referentes às penalidades nas contabilizações mensais, relativas às supostas insuficiências de lastro de potência e de energia contratadas nos CCEARs pela Companhia. A fim de suspender a cobrança de garantias financeiras, de obrigações de compra de lastro de energia/potência e de penalidades impostas pela CCEE, a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 0006981-45.2012.4.01.3400, de 20 de fevereiro de 2012, de forma a desconstituir as obrigações contratuais e regulatórias decorrentes de atraso no fornecimento de energia por parte da Usina Termelétrica Suape II em função do atraso da implantação da SE Suape II pela CHESF.

A respeito da decisão favorável deste Mandado de Segurança, proferida em primeira instância no dia 28 de janeiro de 2013, a Diretoria Executiva da Companhia destaca que:

- (i) A probabilidade de perda deste processo é remota, segundo parecer elaborado pelo escritório de advocacia contratado pela Companhia em 2012 para patrocínio da causa;
- (ii) No caso de improcedência do Mandado de Segurança em sentença transitada em julgado, a Companhia terá passivo materialmente relevante a ser pago à CCEE, nos termos de seus procedimentos de comercialização aplicáveis.

#### 16. Débitos com empresas ligadas

A Companhia, em 31 de dezembro de 2012 possuía R\$ 56.048 mil em débitos com empresas ligadas, provenientes de operação de empréstimo de mútuo, classificado no passivo circulante e quitado em janeiro de 2013.

#### 17. Patrimônio líquido

##### 17.1. Capital autorizado e subscrito

É dividido em 139.977 mil (2012 - 139.977 mil) ações ordinárias de R\$ 1,00 cada uma.

## ENERGÉTICA SUAPE II

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

---

Em 24 de janeiro de 2013, a Nova Cibe Energia S.A. alienou por meio de Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças o total de 111.982 mil ações ordinárias das quais era proprietária para a Savana SPE Incorporações LTDA, ficando a composição do Capital da Companhia, conforme demonstrado em quadro abaixo:

	2013/2012	
	Ações ordinárias.	Valor.
Acionistas		
Savana SPE Incorporações LTDA	111.982	111.982
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	27.995	27.995
	<u>139.977</u>	<u>139.977</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

#### 17.2. Reserva legal

Definido conforme estatuto social no total de 5% sobre o lucro líquido, após as deduções de prejuízos acumulados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi constituído a título de reserva legal um total de R\$ 4.157 (2012: R\$ 419 mil).

#### 17.3. Lucro ou prejuízo por ação

A Companhia demonstra abaixo o cálculo de lucros ou prejuízos por ação, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares de Reais, exceto a quantidade de ações):

	2013	2012
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	83.135	44.242
Ações ordinárias	139.977.000	139.977.000
Lucro (prejuízo) por ação ordinária	<u>0,5939</u>	<u>0,3161</u>

#### 18. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em Ata AGO/E de 30 de abril de 2013 e Ata RCA de 24 de junho de 2013 a Companhia deliberou o montante global de remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os Diretores da Companhia, os quais recebem honorários mensais fixos e não gozam de outras vantagens. O montante pago até 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 1.045 mil (2012 - R\$ 1.414 mil).

## ENERGÉTICA SUAPE II

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

#### 19. Receita operacional líquida

	2013	2012
Receita bruta de vendas		
Receitas com contratos de energia	965.712	183.145
	<u>965.712</u>	<u>183.145</u>
Deduções de vendas		
PIS e COFINS	(89.342)	(16.892)
Outros	(8.677)	(1.655)
	<u>(98.019)</u>	<u>(18.547)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>867.693</u></u>	<u><u>164.598</u></u>

#### 20. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	2013	2012
Pessoal	(3.389)	(2.272)
Administradores	(1.045)	(1.414)
Material	(618)	(89)
Combustível para produção de energia	(650.817)	(1.457)
Serviços de terceiros	(15.960)	(15.301)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.279)	(6.382)
Encargos de uso do sistema transmissão	(24.641)	(1.212)
Depreciação e amortização	(22.819)	(22.055)
Arrendamentos e alugueis	(200)	(1.364)
Tributos	(1.153)	(326)
Seguros	(1.149)	(3.383)
Juros sobre o capital próprio	(8.717)	-
Rendimento aplicação financeira	7.735	11.997
Juros sobre financiamento	(57.290)	(54.657)
Variação cambial líquida	(1.576)	(4.663)
Outras despesas e receitas financeiras	(949)	(4.356)
Outras receitas operacionais	3.217	(1.462)
Outros	(690)	(2.995)
	<u><u>(782.340)</u></u>	<u><u>(111.391)</u></u>
	2013	2012
Classificados como		
(-) Custo dos produtos vendidos	(716.715)	(36.152)
Gerais e administrativas	(8.045)	(20.359)
Despesas financeiras	(62.578)	(64.638)
Receitas financeiras	10.498	8.296
Juros sobre o capital próprio	(8.717)	-
Outras receitas operacionais	3.217	1.462
	<u><u>(782.340)</u></u>	<u><u>(111.391)</u></u>

### 20.1. Eventos que impactam o resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012

#### a) Encargos de Serviço do Sistema

O MME em 06 de março de 2013 publicou a Resolução CNPE nº 03 que trata da metodologia de internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, realizando os ajustes necessários nas disposições referentes ao atendimento energético, à formação de preço e aos Encargos de Serviços do Sistema.

Tal metodologia resume-se no rateio de despacho adicional entre todos os agentes de mercado, proporcionalmente à energia comercializada nos últimos doze meses, inclusive o mês corrente, de acordo com as normas vigentes, mediante processo de contabilização e liquidação da CCEE, sendo cobrado mediante Encargo de Serviços do Sistema por motivo de segurança energética, na forma do disposto no art. 59 do Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004.

Em decorrência desta norma, o resultado da Companhia sofreu impacto negativo de R\$ 3.041 mil até junho de 2013.

Em 08 de julho de 2013 foi ajuizada a ação ordinária nº 0036521-07.2013.4.01.3400, contra a União Federal, com pedido de tutela antecipada para afastar os efeitos da Resolução CNPE nº 03 de 06 de março de 2013.

Em 10 de julho de 2013 o Juiz de 1ª Instância indeferiu o pedido de tutela antecipada por entender que não se encontravam presentes os requisitos legais necessários à concessão da tutela, dando ensejo à interposição do Agravo de Instrumento nº 0039399-17.2013.4.01.0000 que se encontra aguardando julgamento.

Desde setembro de 2013, o ESS relativo à CNPE nº 03 não foi mais cobrado via processo de contabilização e liquidação da CCEE, uma vez que o encargo foi incorporado ao PLD a partir da nova metodologia de cálculo (CVAR).

Em 28 de novembro de 2013 foi impetrado Mandado de Segurança contra a decisão do Des. Kassio Marques que indeferiu o pedido de efeito suspensivo do Agravo de Instrumento nº 0039399-17.2013.4.01.0000, sendo a liminar deferida para suspender os efeitos dos artigos 2º e 3º da CNPE nº 3/2013.

Como a CCEE não é parte do Mandado de Segurança, foi apresentado pedido para que a mesma seja intimada a cumprir a liminar mencionada acima, sendo deferido com a ressalva que a liminar não surte efeito retroativo.

Os consultores jurídicos estão avaliando as medidas que poderão ser adotadas para obter os efeitos retroativos da liminar.

### b) ICMS na aquisição de óleo combustível

Durante os meses de janeiro e fevereiro, nas compras de combustíveis feita junto à Petrobras Distribuidora (BR) através de venda à ordem da Petróleo Brasileiro (Petrobras) foi aplicada a redução de base de cálculo do ICMS - Normal e ICMS-ST para que a carga tributária fosse equivalente ao montante resultante da aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre o valor da operação de saída interna de óleo combustível para Usina Termoelétrica (RICMS/PE, Decreto Estadual PE nº 14.867/91, art. 14, § 70, inciso LXXXI alterado pelo Decreto Estadual PE nº 38.263/2012 - Lei Estadual PE nº 13.453/2008).

Em fevereiro, a Petrobrás foi autuada pelo fisco estadual, que entendeu que o benefício da redução só seria aplicável ao ICMS-ST incidente na operação final da "BR" para a Energética Suape, majorando a tributação devido à cobrança do ICMS - Normal na alíquota de 17% na operação inicial entre a Petrobras e a BR. Desde então a Petrobras repassou no custo do combustível a diferença do ICMS.

A Diretoria Executiva vem conversando com as Secretarias de Estado da Fazenda e de Desenvolvimento para que o compromisso avençado pelo Estado à época seja cumprido.

## 20.2 Despachos da Usina

No primeiro semestre de 2013 a UTE SUAPE II permaneceu despachada, situação atípica pela sua característica de usina por disponibilidade. Neste período, a geração destinada ao ACR foi de 796.341 MWh representando uma receita variável de R\$ 460.206 mil.

Em 05 de julho de 2013 houve a paralização dos despachos por parte do ONS, que implicou na parada da geração da UTE SUAPE II, permanecendo desligada até o fim de agosto.

Em 05 de setembro de 2013 a UTE SUAPE II passou a ser novamente despachada por necessidade do SIN.

## ENERGÉTICA SUAPE II

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

---

#### 21. Instrumentos financeiros

##### 21.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como segue:

	Categoria	Ativos (passivos) financeiros			
		2013		2012	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Mantidos para negociação	14.191	14.191	22.242	22.242
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	116.313	116.313	26.528	26.528
Fundos vinculados	Empréstimos e recebíveis	79.945	79.945	131.713	131.713
<b>Passivo</b>					
Fornecedores	Não mensurado ao valor justo	(44.581)	(44.581)	(26.444)	(26.444)
Empréstimos em moeda nacional	Não mensurado ao valor justo	(554.984)	(554.984)	(544.860)	(544.860)

A Companhia não opera com instrumentos financeiros para fins especulativos, tais como derivativos.

##### 21.2. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

##### 21.3. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros pelo valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de fontes de financiamento específicas para o financiamento dos investimentos de distribuição de energia.

#### 21.4. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

#### 21.5. Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pelo setor financeiro.

#### 21.6. Risco de mercado

##### a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira oriunda de aplicações financeiras mantidas pela Companhia. A Energética Suape II S.A. não pactuou contratos derivativos para fins de "hedge" contra estes tipos de risco, porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com a finalidade de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade destas taxas.

##### Análise de sensibilidade de juros

A Companhia possui exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras vinculadas ao CDI. Foram realizadas análises de sensibilidade em relação a possíveis variações nesta taxa de juros. A análise de sensibilidade não foi estendida para a TJLP, por não existir oscilações expressivas neste índice, conforme observado em séries históricas.

##### b) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

## ENERGÉTICA SUAPE II

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

---

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava saldo de passivo de 2.774 mil euros. Não foram contratados instrumentos financeiros para proteção contra eventual valorização da moeda em relação ao real.

A exposição, pelo valor contábil da transação, ao risco da taxa de câmbio na data do encerramento dos exercícios está destacada abaixo:

	2013	2012
Exposição cambial		
Passivos financeiros (fornecedores)	9.167	7.372

#### Análise de sensibilidade de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição a variações de cotação no euro decorrentes dos saldos de fornecedores em aberto e em moeda estrangeira no fim do exercício.

Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas:

1. Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais a Companhia;
2. Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros.

Abaixo são apresentados dois cenários, a fim de demonstrar os saldos dos ativos e passivos financeiros convertidos a uma taxa projetada para 31 de dezembro de 2014. No cenário I, consideramos uma apreciação do real frente ao euro de 25% e 50%, enquanto no cenário II, uma desvalorização do real frente ao euro de 25% e 50%, conforme tabelas abaixo:

Cenários de taxa de câmbio					
Cenário provável		Cenário possível I (-25%)		Cenário remoto I (-50%)	
Euro de referência	Valorização	Euro de referência	Valorização	Euro de referência	Valorização
3,40	5,34%	2,55	(25%)	1,70	(50%)

  

Cenários de taxa de câmbio					
Cenário provável		Cenário possível I (+25%)		Cenário remoto I (+50%)	
Euro de referência	Desvalorização	Euro de referência	Desvalorização	Euro de referência	Desvalorização
3,40	5,34%	4,25	25%	5,10	51%

## ENERGÉTICA SUAPE II

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

---

A simulação abaixo, baseada na análise de sensibilidade acima, apresenta os possíveis ganhos e perdas com passivos financeiros em moeda estrangeira:

Impacto projetado sobre os passivos financeiros para 31/12/2014					
Cenário remoto I	Cenário possível I	Cenário provável	Cenário provável II	Cenário remoto II	
(-50%)	(-25%)		(+25%)	(+50%)	
R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	
Fornecedores estrangeiros	4.753	2.108	(536)	(3.181)	(5.826)

#### 21.7. Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas, que, em geral, requerem a manutenção de valores em aplicações financeiras restritas em determinados níveis ("covenants" financeiros).

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia estava adimplente com todos os *covenants* previstos nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes.

#### 22. Seguros (não auditado)

A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil, englobando suas estruturas civis e equipamentos eletromecânicos, incluindo nesse programa as coberturas por responsabilidade civil em sentença judicial transitada em julgado, relativa às reparações por danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência do contrato de seguro, contratados conforme abaixo:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil Geral	09/01/2015	2.000
Responsabilidade Civil Administradores	17/12/2014	30.000
Responsabilidade Civil Ambiental	18/09/2014	15.000
Riscos Nomeados e Operacionais	09/01/2015	685.426

#### 23. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro 2013 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 23 de janeiro de 2014.